



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 62ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 15 de setembro de 2015, com início às quatorze horas e quarenta e seis minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 106/2015. Projeto de lei nº 107/2015. Ofício GAB. SEFIM nº 108/2015, convidando os vereadores para Audiência Pública, objetivando apresentar discussão das propostas da LDO e LOA para 2016. Emenda modificativa/supressiva nº 2 do vereador Celso Dal Molin ao Projeto de lei nº 82/2015. Emenda modificativa nº 1 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 101/2015. Moção nº 14/2015. Ofício nº 109/2015, do gabinete do Vereador Pedro Martendal, pedindo a retirada do Requerimento nº 421/2015. Requerimento nº 421/2015. Parecer nº 178 contrário de autoria do vereador Celso Dal Molin a emenda 2 ao Projeto de lei nº 82/2015. Parecer nº 177 favorável da Comissão de Justiça e Redação à emenda 1 ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 46 contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 91/2015. Parecer nº 160 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 91/2015. Parecer nº 14 favorável da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 13 favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização dos Serviços Públicos Municipais ao Projeto de lei nº 94/2015. Parecer nº 14 favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização dos Serviços Públicos Municipais ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 3 favorável da Comissão de Segurança Pública e Trânsito ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 4 favorável da Comissão de Segurança Pública e Trânsito ao Projeto de lei nº 94/2015. Parecer nº 71 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 98/2015. Parecer nº 75 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 94/2015. Parecer nº 162 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 94/2015. Parecer nº 169 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 98/2015. Requerimentos nº 414 ao nº 420 e do nº 422 ao nº 426/2015. Indicação nº 1040 ao 1069/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 288/2015, em resposta ao requerimento nº 394/2015 de autoria do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 290/2015, em resposta ao requerimento nº 387/2015 de autoria do vereador Rui Capelão. Ofício SEAJUR/ATL nº 287/2015, em resposta ao requerimento nº 388/2015 de autoria do vereador Jorge Menegatti. Ofício nº 16/2015, da Câmara Jovem, convidando os vereadores para Sessão Ordinária do dia 15/09/2015, às 19:00 horas. Inscritos pra falar no grande



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

expediente os vereadores: Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Rui Capelão, Cláudio Gaiteiro, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Paulo Porto, Gugu Bueno, Luiz Frare e Romulo Quintino. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. Temos um voto de louvor e congratulações pra entregar ao senhor Werner Ildon Gerhardt, proposto pelo vereador Pedro Martendal a quem abro a palavra. - Vereador Pedro Martendal: Nesta Casa concedemos várias honrarias, mas essa eu colocaria entre as mais importantes. Rapidamente lerei de forma resumida os dados do companheiro Werner. Nascido em Pato Branco, casado, dois filhos, formado pelo Instituto Nossa Senhora das Graças de Pato Branco, também pela Universidade Tecnológica do Paraná, empresário da área de transporte, sócio-proprietário administrador da Empresa Tucuruí Ltda. Atualmente agrega também, atividade na agricultura, presidente do Sindituc. Associado do Rotary Clube desde 2005, presidente do clube em 2009/2010, governador-assistente do Rotary no ano 2011/2012, palestrante do fórum de fundação rotária em outubro de 2012. Participou ativamente pra fundação do Rotary Clube Pato Branco Araucária. A importância do Rotary no nosso dia a dia é que em Cascavel temos 8 clubes de Rotary's com 233 companheiros, no distrito temos 106 clubes com 2.870 rotarianos e mais 22 clubes de Rotarctes e 33 interactis, 22 associações de senhores rotarianos. No Brasil, 38 distritos com 2.395 clubes, 55.591 companheiros. No mundo está em 220 países, com 532 distritos e 35.155 clubes, congrega 1.221.000 rotarianos. Ser governador de Rotary é um desprendimento pessoal, não sei se teria essa possibilidade, primeiro pelo conhecimento, segundo porque durante 2 anos se desliga da sua empresa, família e se dedica ao Rotary. Durante 90 dias o governador tem que visitar todos os clubes de Rotarys. Por esse motivo que, eu tive a iniciativa de aprovar... Por esse motivo, entendo ser merecida essa homenagem. Muito obrigado. – Presidente: Vou ler o voto de louvor: *A Câmara Municipal de Cascavel, por iniciativa do vereador Pedro Martendal, em conformidade com o artigo 121, 3º, do Regimento Interno requer outorga do voto de louvor e congratulações ao senhor Werner Ildon Gerhardt, a quem convido agora pra receber essa justa homenagem. Convido aos demais vereadores pra que façamos a entrega da homenagem. (O senhor Werner Ildon Gerhardt no uso da palavra agradeceu a homenagem).* – Presidente: Receba essa homenagem como uma singela honraria dessa Casa, da cidade, ao trabalho do Rotary. Parabéns! **ORDEM DO DIA** – Presidente: Temos as atas da 59ª e 60ª sessões ordinárias, realizadas dias 08 e 09/09/2015; em discussão as atas. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos a segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 96/2015, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre alterações no regulamento dos concursos públicos para provimento de cargos públicos, empregos públicos e funções públicas temporárias no âmbito da Administração Direta do Município de Cascavel, Lei Municipal nº 5.598/2010 e dá outras providências. Em discussão o projeto. Em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 96/2015 aprovado em segunda votação pela quase totalidade dos senhores vereadores presentes. Registre-se o voto contrário do vereador Paulo Porto. Antes da segunda votação do Projeto de lei nº 82/2015 de autoria do vereador Pedro Martendal, que institui no calendário oficial do município de Cascavel o "Show Pecuário", e dá outras providências, temos uma deliberação da emenda modificativa supressiva nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça que modifica o artigo 2º. Em discussão a emenda. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. – Vereador Nei H. Haveroth: Questão de ordem. Gostaria que se, como essa emenda foi aprovada, que constasse uma correção verbal que onde está na ementa "show agropecuário" é "Show Pecuário". – Presidente: Solicito que faça a correção na redação final da emenda, aprovada pela totalidade dos presentes. Temos agora, a emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 82/2015 de autoria do vereador Pedro Martendal, que institui no calendário oficial do município de Cascavel o "Show Pecuário", e dá outras providências. Essa emenda recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça à emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 82/2015. Em discussão o parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin: – Vereador Celso Dal Molin: No projeto, onde fala da instituição no calendário oficial do município de Cascavel, Show Pecuário, no parágrafo segundo, artigo 2º diz o seguinte texto: *as atividades serão realizadas pelos organizadores do evento individualmente ou em conjunto com o Poder Executivo, quando este último dispuser de recursos técnicos e financeiros na realização dos eventos.* Ontem, levantei essa questão e não foi feita a emenda. Achei que a Comissão de Constituição e Justiça ia fazer essa emenda junto com a emenda nº 3. Quando olhamos o texto "ou" temos uma dupla função. Quando olhamos pra isso e acontecer esse evento e essa sociedade vier ao Poder Executivo pedir uma verba, o prefeito vai decidir se vai fornecer a verba ou não. Na minha emenda diz o seguinte: *as atividades serão realizadas pelos organizadores do evento com seus próprios recursos.* Estou tirando o fato de as entidades terem poder de pedir verba ao município. Na justificativa pra dar parecer contrário a minha emenda, a Comissão de Constituição e Justiça colocou que a palavra "individualmente", não se encaixa. Individualmente é individual pessoa, grupo ou entidade. Na minha emenda coloco que: "individualmente com recursos próprios". Por isso peço voto contrário a este parecer contrário, pra que seja aprovada minha emenda. Na própria justificativa da Comissão de Constituição e Justiça diz o seguinte: que essa emenda interfere na competência do Poder Executivo, no momento que restringe e impossibilita a participação do mesmo, seja na organização ou na destinação de recursos. É isso mesmo. A colocação é essa. E a própria Comissão de Constituição e Justiça está dizendo que estou impedindo isso; mas é isso que quero. Quero colocar, através dessa emenda um impedimento que o município tenha para participar com recursos, num projeto que é de uma entidade com poder aquisitivo forte. Não estamos falando de saúde, estamos falando de uma



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sociedade, show pecuário que tem estrutura. O parecer contrário está confirmando o que eu peço na emenda: estou tirando o poder dele chegar ao município e dizer que precisamos de ajuda, neste sentido. Quero lembrar que, quando trouxe o projeto instituindo o dia no calendário do município o Dia da Leitura da Bíblia, eu especifiquei que este evento seria feito com recursos próprios. Peço voto contrário a este parecer que, foi contrário a minha emenda; entendendo que o município de maneira nenhuma deve investir neste evento. Agradeço a oportunidade e peço voto contrário ao parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Com a incumbência de votar este parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela manhã de hoje a emenda do vereador Celso Dal Molin ficou evidente que, se essa emenda for aprovada ou tivesse parecer favorável uma emenda dessa natureza, não haveria razão do vereador proponente ter colocado este projeto no calendário oficial do município. Não deveria ter sido colocado, porque perde totalmente o objetivo; uma vez que quem organizou o show pecuário foi a própria Secretaria de Agricultura juntamente com o Sindicato Rural e Sociedade Rural e demais parcerias e a emenda está colocando como show agropecuário, se fosse levar em consideração também, sofreria já um parecer contrário neste sentido; porque não é show agropecuário e sim pecuário. Quando entendemos, enquanto vereador, também pra dar este parecer contrário que, investir em busca de conhecimento técnico de ações da EMATER, que é assistência técnica rural que o show pecuário proporcionou, agricultura familiar das pequenas propriedades, principalmente da bacia leiteira de Cascavel e uma as principais produtoras de leite da região oeste, que foi com este objetivo que buscou. É a mesma coisa de sermos contra ou possibilitar que essa emenda coloque, sem a participação do Poder Público, dizer que: o Poder Público não pode investir na agricultura que é a base fundamental da economia, que dela que se retira pra pagar o salário do professor, do médico e demais funcionários públicos. Por esse motivo entendemos que não haveria razão pra esse projeto ser colocado em pauta, se caso essa emenda ser colocada dessa forma que, impeça qualquer parceria do Poder Público de incentivar uma política voltada pra agricultura, pecuária, principalmente e, que estamos citando neste projeto. Por essa razão, que entendemos que ela limita e, não podemos criar uma regra pra sociedade ou quem está organizando este projeto, consideramos que há uma inconstitucionalidade de certa forma, ou uma limitação do objetivo do projeto. Por isso fomos contrários à emenda de Vossa Excelência e gostaria, respeito Vossa Excelência, mas foi a justificativa que encontramos pra dar parecer contrário. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Então devia vir com um termo diferente, que o Poder Executivo invista ou não no evento, e votaríamos sim ou não. Como minha opinião é não, e ficou uma palavra com duas funções, por isso fiz a emenda; mas quando foi feito o projeto que viesse determinado. Se é tão importante que viesse especificação disso e dissesse assim: que o município invista. Se fosse pra investir e entendêssemos, podíamos votar sim ou não. Neste caso, como não teve uma decisão e a minha opinião é contrária, fiz a emenda. - Vereador Nei H. Haveroth: Esse é o pensamento que o senhor tem e tem toda razão de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ter o seu pensamento. Mas, no entendimento que tivemos é que se colocar que o município não pode fazer qualquer tipo de apoio neste sentido, quando se coloca que poderá, o município a partir do que ele entender e criar os mecanismos pra incentivar, por que não pode? Então não precisaríamos colocar no calendário oficial do município, a própria Sociedade Rural ou Sindicato faria por conta este evento, a partir do momento que colocamos no calendário oficial do município, precisamos deixar pelo menos essa margem, que o município preconize todos os preceitos que viabilize o auxílio ou não. Cabe ao Executivo tomar essa iniciativa. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Essa discussão levantada pelo Nei H. Haveroth é pertinente, seria pertinente se fosse no momento do mérito do projeto. Não consigo entender um parecer alegar inconstitucionalidade num projeto que não obriga o investimento público, veria se, estivesse obrigando o investimento público. O parecer é equivocado neste sentido. Em relação à questão do mérito, debateremos a questão do mérito, mas votarei contrário ao parecer, por não ver nenhuma ilegalidade ou inconstitucionalidade num projeto que não exige financiamento público. Se o projeto exigisse... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Marcos Rios: Temos uma lei aprovada, inclusive do Fescachê. Aprovamos que o município dê incentivo. Acho que é importante isso. É uma área cultural, uma coisa importante, tanto o Fescachê como este. Acho que é importante esse investimento, Nei H. Haveroth, meus parabéns, você está certo. Em cima de uma emenda que o vereador colocou esse parecer está certo. Parecer contrário, porque o município tem que investir em cultura, é importante pra o município. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Exatamente o que estou falando. Nós estamos discutindo o mérito, concordo com o Marcos Rios, esse debate é o mérito da emenda, estamos impedindo chegar na emenda e não vejo ilegalidade de uma emenda que não permite investimento público. Quando for votar a emenda o debate aí o debate é este, se se deve investir ou não; por isso entendo que o parecer está equivocado. Quando formos discutir a emenda, aí sim, vamos discutir se investe ou não investe. Entendo que o parecer está equivocado, porque não vejo ilegalidade numa emenda que fala que não deve ter investimento público. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Nesse exato sentido que colocamos o parecer contrário, porque uma emenda não pode impedir que o Poder Executivo faça a critério dele depois e, a emenda está impedindo; então a partir do momento que impede o Poder Executivo, ela tornou-se ilegal. Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Lembrando que quando foi aprovada a liberação da verba pra o Fescachê, eu fui contra, porque naquele dia foi trazido um projeto pra liberar 70.000 reais pra cultura e foi dado voto contrário e, no meu entendimento era melhor 70.000 reais na cultura. Era um projeto do Paulo Porto e foi liberado cerca de 70.000, 50.000 pra Fescachê. Na minha opinião, é melhor 70.000 pra cultura do que pra Fescachê. - Vereador Paulo Porto: Respeito Nei H. Haveroth e Marcos Rios, mas sigo entendendo que o parecer está equivocado. Encerro minha fala. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Respeito à posição do Celso Dal Molin e Paulo Porto, mas entendo que devemos manter o parecer contrário; porque



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

essa emenda do Celso Dal Molin, acho que está havendo um equívoco, porque o “ou” é alternativo e não impede, pode ser individual as entidades ou em conjunto com o Poder Público. Se fosse o “e” aí sim, que seria um ou outro; neste caso é optativo. Se o Poder público entender que tem interesse público ele pode separar. Quanto ao Fescachê e a cultura entendo sua reclamação da cultura, tanto um como outro evento são merecedores. Não é porque não se liberou a verba pra cultura que, vamos deixar de investir num projeto importante como este, que discutiremos a importância do projeto, quando for discutido o projeto em si. Defendo a manutenção do parecer pra que na sequência, nós discutamos o projeto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Na verdade, quando elaboramos projetos aqui, isso está claro, que quando debatemos um projeto e levamos à aprovação por essa Casa, ainda é remetido à aprovação do prefeito. Vejo dessa forma: que quem vai definir se vai liberar ou não o recurso, é o Executivo Municipal, vocês sabem que isso também, tem vício de iniciativa. Nós deliberarmos aqui por receita, então gostaria de acompanhar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Obrigado! – Vereador Pedro Martendal: Vamos à discussão do projeto. – Presidente: Em votação o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça à emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 82/2015; proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Fernando Winter, Marcos Rios, Nei Haveroth, Claudio Gaiteiro, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Burgarelli, Pedro Martendal e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Professor Paulino, Rui Capelão e Paulo Porto) – Secretário: Com 14 votos favoráveis e 6 contrários, parecer contrário mantido. – Presidente: Com 14 votos favoráveis e 6 contrários, parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça à emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 82/2015, mantido. Dessa maneira a emenda fica prejudicada e, passamos pra segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 82/2015, de autoria do vereador Pedro Martendal, que institui no calendário oficial do município de Cascavel o "Show Pecuário", e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Só pra colocar de novo, depois vou pedir ajuda dos professores que estão aqui. Individualmente “vírgula” ou “vírgula”, aí que muda a história, essa vírgula que faz a diferença. Aqui tem uma vírgula e ela muda o sentido da frase. Quando esse pessoal chegar no prefeito, ele diz: se quer ou não ajudar. Muitas vezes, o prefeito vai ficar numa situação difícil que, não vai ter dinheiro pra ajudar e vai ser exigida ajuda. Essa situação é que me traz e devido a isso, votarei contrário e peço voto contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Não concordo e entendo que fica optativo. Que bom se no futuro, a bacia leiteira, o gado de corte, através de novas técnicas, estejam tão avançados que não precisem de ajuda do Poder Público; por isso deixamos a opção. Entendo que nós temos que deixar sim, com essa opção do Poder Público auxiliar ou não. Evidentemente que, os organizadores chegarão no prefeito na oportunidade e o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

convencerão com dados, com a realidade; porque quando damos opção do Poder Público auxiliar não é colocar dinheiro; às vezes é com máquinas, suporte, tem que ter respaldo legal pra que qualquer auxílio que o Poder Executivo forneça ao evento, esteja respaldado em lei. Porque sem esse projeto transformando em lei, nem um trator não pode, porque é um evento não público, é particular. O objetivo é este. Quanto à importância do setor pecuário é indiscutível. Estamos aí numa crise danada e, se tirar o agronegócio a situação se agrava. E neste caso da produção de leite, ele retém o produtor no campo. Nós temos e é obrigação do Poder Público dar esse apoio a esse pessoal que levanta 5 horas da manhã, às vezes, passa a noite ajudando um animal que está em situação difícil por alguma enfermidade; o mínimo que podemos fazer é dar apoio neste evento. Como já aconteceu, o Nei H. Haveroth já se manifestou, o evento que se realizou este ano, novas técnicas, dezenas de palestras, indústrias do setor, é um evento que vem alavancar ainda mais o setor. Por isso, espero contar com o apoio dos senhores. Já deliberamos o Fescachê, o projeto do Luiz Frare, dos japoneses e outros mais semelhantes e que movimenta a economia do município e, gera tributos. Temos um viés de cidade de serviços, negócios; então temos que investir cada vez mais nestes eventos. Por este motivo, conto com o parecer favorável, e vamos aprovar este projeto, que é de interesse da nossa cidade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero novamente parabenizar o vereador Pedro Martendal, pela iniciativa do projeto, por colocar um assunto tão importante. Transformar esse Show Pecuário, como um dos maiores shows, perdendo apenas pra o Show Rural. Com o passar do tempo um investimento neste tipo de tecnologia e aprendizado que temos, através dos cursos que são oferecidos neste Show Pecuário. Aproveito pra responder ao Celso Dal Molin, que infelizmente precisamos pedir aos professores, porque ainda votamos o projeto do Fecaschê e Rodeio Farroupilha, foi autoria deste vereador. E na oportunidade que o senhor não estava na Casa, quando foi votado o projeto, quando o senhor votou contra, o senhor votou uma emenda de orçamento, no meu entendimento equivocado, porque a cultura da nossa região é composta, basicamente, por pessoas que cultuam o tradicionalismo e a cultura do sul do Brasil. Foi equivocado, porque essa cultura também faz parte da cultura. A cultura gaúcha está inserida na nossa sociedade e o senhor não compreende dessa maneira. Só pra justificar o meu entendimento que foi de autoria desse vereador o projeto. E o senhor não estava presente nesta Casa quando da votação do projeto e sim, da emenda do orçamento que o prefeito tinha retirado no início do projeto. Vejo com necessidade, o município deve ou não deve, está colocado que o município tem que ter essa autonomia de dizer, se quer investir; mas temos que fazer mais pressão pra que o município invista, principalmente na pequena produção rural, que é a pecuária leiteira do município de Cascavel. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Uma das preocupações que tenho é sobre a viabilidade do Show Pecuário. Tivemos outras atividades em Cascavel que surgiram com poucas circunstâncias e depois se tornaram inviáveis, por uma série de outras coisas que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aconteceram e não vingaram. Por exemplo, o prato típico que virou acontecimento do calendário e, desapareceu do calendário. O Show Pecuário é o primeiro ano, espero que não seja um modismo; mas tenho medo que com isso estejam esvaziando outros eventos. Acho precoce a ideia de já entrar no calendário. Fico preocupado se, não é uma ideia do atual presidente e, se isso vai vingar. Mal entrou e nós precipitadamente já colocamos no calendário. Uma coisa quando já é consagrada, aí sim. Vou votar favorável, mas minha preocupação é, nós já sairmos bajulando um negócio que, às vezes, com uma geada, variação climática, acaba por morrer e o calendário fica vago, novamente. – Presidente: Em segunda votação o Projeto de lei nº 82/2015 de autoria do vereador Pedro Martendal, que institui no calendário oficial do município de Cascavel o "Show Pecuário", e dá outras providências. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; registre-se o voto contrário do vereador Celso Dal Molin, o Projeto de lei aprovado em segunda votação pelos demais senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 90/2015, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre alteração da redação do art. 2º, da Lei nº 6.436/2014 e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Hoje, assistindo a televisão estava vendo a folia das pedras. Não sei como o Edgar Bueno não foi um pouco mais e, não viu o tanto de indústria que tem e o comércio forte em Santa Tereza. Estão indo pra Santa Tereza, por causa desse monte de taxa, aqui. Ao invés de vir fazer uma alteração pra dizer... taxa de licença pra localização e funcionamento e taxa de verificação regular de funcionamento, após instalação de indústria; mas que indústria tem em Cascavel? Taxa de licença pra localização e funcionamento. Tinha que vir um projeto dizendo: estamos tirando as taxas, vamos desburocratizar pra que possamos ter indústria, emprego, uma coisa diferente pra Cascavel. E não a diferença que cresce a cada ano, a BR 277 indo pra Foz do Iguaçu, as indústrias que estão saindo de Cascavel por causa disso, e indo pra Santa Tereza. Mais uma vez a prefeitura de Cascavel está mais preocupada em cobrar, pra fazer o quê com o dinheiro? E os empregos estão indo embora. Esse projeto pouco importa, algumas mudanças de palavras. Vou votar favorável, mas tem que puxar a orelha dos incompetentes que, estão do outro lado da rua. Precisamos de indústrias e menos taxas; menos multas, porque o povo nesta crise que está aí está precisando de emprego e não de taxas. Era isso. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos a moção nº 14/2015. *Os vereadores subscritores da presente moção, com fulcro no art. 128 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipotecam repúdio e desaprovam a resolução nº 543, de 15 de julho de 2015, baixada pelo Contran, que tem a finalidade de tornar obrigatória a aplicação de no mínimo cinco horas/aulas, em simulador de direção veicular, nos cursos de formação de condutores. Dê ciência dessa moção com campeamento aos excelentíssimos deputados federais: Fernando Giacobbo, Hermes*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Parzianello, Evandro Roman, Alfredo Kaffer; ao ministro das Cidades, Gilberto Kassab; ao diretor do Denatran, Alberto Angerami, pra que tomem conhecimento sobre o conhecimento sobre o conteúdo dessa resolução e que medidas sejam tomadas pra revogá-la, imediatamente. Essa moção foi assinada pela totalidade dos senhores vereadores. Peço a palavra e peço ao Luiz Frare, que assuma a presidência. – Vereador Gugu Bueno: Senhores vereadores, Vossas Excelências assinaram essa moção e acho que a primeira questão que podemos levantar, e confesso aos senhores que depois de ter conhecimento do tema analisei a questão, pra tentar achar a lógica dessa resolução, porque tudo tem o lado bom, os prós e contras. Analisei e não achei absolutamente nada de bom nesta resolução do Contran. Talvez, no debate possamos achar alguma coisa que pudesse justificar essa resolução. Acho difícil, até porque essa resolução visa estabelecer obrigatoriedade até o final do ano, da exigência de que fosse praticado 5 horas/aula, em simulador em nossas autoescolas. De imediato, um custo adicional pra formação dos condutores; porque informações dão conta que esse equipamento custaria entorno de 40.000 reais e se for o caso, você pagaria por software cerca de 10 reais a aula. Isso representa algo entorno de 30% de acréscimo no valor da habilitação, que hoje já é caro; devido “n” exigências que o governo federal faz pra o condutor ter a habilitação. Isso vai ter um impacto gigantesco, primeiro em cima das autoescolas. Com toda certeza algumas não têm condições necessárias, pra adquirir esse equipamento e isso, poderia acarretar a demissão de muitos servidores e o fechamento de autoescolas. Só em Cascavel há entorno de 300 funcionários, trabalhadores, pais e mães que sustentam sua família com o trabalho nas autoescolas, que teriam o risco de perder o emprego muito latente; se essa obrigatoriedade for uma necessidade. Por outro lado, se não ocorrer o fechamento dessas autoescolas, o que vai ocorrer é o repasse desse valor adicional pra o custo da habilitação. Pensamos nós e vivemos um momento difícil no Brasil e no Paraná, não é diferente. Sabemos que o jovem tem dificuldade de acessar o primeiro emprego e sabemos que hoje, o jovem ter uma habilitação, muitas vezes, é condição dele ter o primeiro emprego. Dificultarmos ainda mais esse acesso é um desserviço, um grande mal. Estaríamos, gostei dessa frase que ouvi hoje, da Olga, de que: estaríamos pagando mais e aprendendo menos. A habilitação iria custar mais cara e obviamente que, sabemos que ninguém vai aprender a dirigir num simulador. Claro que, muitas vezes, podemos entrar nesta discussão de mérito, mas é uma discussão que tem que ser mais aprofundada; se os novos condutores estão ou não, tendo o aprendizado adequado. Mas com certeza, não vai ser no videogame que vão aprender a dirigir. Tem algumas coisas que só acontecem no Brasil. Não achei a lógica que não seja a sacanagem, o interesse de alguns e não pode deixar mais uma vez no Brasil, que o interesse de poucos prevaleça sobre o interesse de muitos. É obvio que, deve existir um *lobby* muito grande por trás, porque as informações dão conta disso, que tenhamos no Brasil 2 ou 3 empresas em condições de fornece esse software. Não dá pra imaginar o rio de dinheiro que essa turma iria ganhar. Obviamente que, isso é um grande negócio. Só que neste grande negócio quem vai sofrer é nosso povo; quem precisa fazer essa habilitação. Temos a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

noção de que não é essa Casa que vai resolver esse problema, não somos nós que vamos derrubar essa resolução, mas estaremos fazendo o que nos é possível e que a Câmara de Cascavel está se posicionando contrária, a essa resolução e pedindo que os deputados federais usem de sua força política, pra revogar essa resolução. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Isso me faz lembrar o que eu estava falando das taxas no município de Cascavel. Isso é mais uma taxa, alguém querendo ganhar dinheiro em cima do coitado, que vai tirar a primeira carteira de motorista. Com certeza nisso aí, alguém vai levar vantagem. Por isso essa moção está dizendo que os vereadores de Cascavel não são burros e estão indo a favor não das autoescolas, mas do povo que precisa da carteira de motorista. Obrigado. – Vereador Gugu Bueno: Era isso, moção importante. Espero que os deputados federais tenham a mesma sensibilidade que essa Casa teve e pudéssemos nós, ao invés de apenas mandar essa moção de repúdio, mandarmos um “Oscar” pra quem teve essa ideia. Porque, merece um prêmio, vivemos num momento de tamanha dificuldade e criamos essa dificuldade a mais; aí sem dúvida é um feito merecedor de um Oscar. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Mês passado acompanhei o presente na Rádio Colmeia e lá encontramos o Santos, que nos falou também, mais nitidamente sobre essa questão do simulador. Já tínhamos ouvido falar pela imprensa, mas tivemos oportunidade de ali ouvir também, e poder conhecer mais a fundo, este presente de grego que estão dando, além das autoescolas, também pra população brasileira que não aguenta mais pagar tanto imposto. O vereador Bocasanta falou sobre algum malandro, vamos usar essa expressão; mas com certeza temos configurado uma fonte de renda pra alguém e essas estratégias são estratégias que enriquecem algumas pessoas e empobrece e dificultam pra um sem número, porque a carteira de motorista é uma obrigação. A pessoa precisa, senão não consegue trabalhar, se deslocar. E me veio na memória algumas coisas que já ouvimos, entre tantas, aquele selinho nos anos 90, que era cobrado, alguém ganhou dinheiro, quite de primeiros socorros, a faixa reflexiva, a cadeirinha pra diferentes idades, o extintor ABC, e se fôssemos fazer um apanhado, claro que muitas dessas coisas vieram pra dar segurança à vida das pessoas, mas falar de simulador é tudo que não precisamos neste momento, é pagar mais essa taxa pra um simulador. Vou comprar um play station, brinco com meu filho, é muito melhor. Vai encarecer muito e, a pedido do presidente da Câmara de Cascavel, Gugu Bueno, a Acamop também estará engrossando, estará também, providenciando documentação encaminhando aos órgãos competentes representando os municípios do oeste do Paraná e os quase 600 vereadores. Infelizmente, quem paga a conta são sempre os contribuintes, o cidadão, que precisa desfalcar sua renda mensal pra pagar a parcela da sua carteira e agora uma vez mais encarecida. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Parabenizo os demais vereadores que, juntamente comigo e por ideia do nosso presidente, propuseram este documento. E lembro a caixa dos primeiros socorros e que se gastou uma grana; todo mundo comprou e depois foi dispensado. Acredito que essa Câmara está tomando uma atitude responsável e séria pra uma



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

atitude arrecadatória pra o bolso de alguém. Só falando em taxa, não podemos esquecer os 35 bilhões que vamos ter que contribuir com movimentação financeira pra cobrir o rombo do Governo Federal. Obrigado. - Vereador Romulo Quintino: Claro que essa Casa fará a sua parte. A Acamop também fará e, tomara que tenhamos êxito e de que de alguma maneira essas pessoas que fazem essas resoluções impertinentes sejam sensibilizadas e o povo não seja mais uma vez traído por essas resoluções. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Nada mais, estão pensando inclusive na habilitação dos seus clientes. Acompanhava atentamente o vereador Gugu Bueno falar e o vereador Romulo Quintino e o Romulo Quintino dizia sobre a questão dos: extintores, cadeirinhas, enfim, uma série de normativas que vêm do Governo Federal. Mas, também, quero deixar registrado sobre a lei do emplacamento dos tratores, que foi derrubada inclusive, por um senador que fez parte da presidência dessa lei, pra que derrubasse; o senador Assis Gurgacz. Gostaria de a gente poder endossar a mais pessoas, não somente aos deputados federais, mas vamos colocar também, solicitando aos senadores. Gostaria que os representantes do PT também, se manifestassem. Ontem, dizia aqui aos senhores vereadores, que é melhor que as crianças comecem a fazer a carteira de habilitação quando é mais fácil; vemos um menino de 2, 3 anos que é craque no computador, enfim. Isso, chamo de sacanagem e acho que é importante essa movimentação da Câmara de Cascavel, mas quero enaltecer as autoescolas e a direção desse conjunto; porque hoje vimos o peso que tem, vocês. Porque conseguiram a imprensa de Cascavel que sempre está também, apontando as necessidades da Câmara de Cascavel. E hoje, vimos à força que vocês ganharam e temos que acabar com esse negócio de colocar mais impostos. Ajeita a casa somente de uma pessoa e coloca os outros de lado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão: Estamos acompanhando há muito tempo o que acontece em nosso país, principalmente na questão de beneficiar pessoas. Normalmente, essas pessoas que são beneficiadas por decisões do Contran e outros órgãos públicos tem a função de lá na frente, acabar financiando campanhas políticas. O senado tentou derrubar o financiamento de campanhas, através de empresas, mas não foi possível; porque a Câmara não aceitou. Há poucos dias tínhamos a questão do extintor de incêndio. Só recarregar anualmente o extintor de um veículo, isso é um absurdo e digo com conhecimento técnico, porque fui bombeiro 14 anos. Conheço muito bem como se faz uma carga de extintor. Um extintor de pó químico carregado com nitrogênio, um gás que não se deteriora nem o gás nem o pó, você tem que trocar pra beneficiar empresas por decisão do Contran. Há poucos dias eu estava indo pra o Rio Grande do Sul e um caminhão pegou fogo, fui lá com meu extintorzinho, lógico que num caminhão não ia fazer muita coisa, mas fazendo minha parte, fui ajudar e conseguimos apagar o fogo. Quando chegou a brigada de incêndio o fogo já estava extinto. Mais pra frente vou trocar meu extintor no posto de gasolina, não troca mais, você tem que comprar um novo. Não recarrega mais, decisões desastrosas de governantes que temos em nosso País, tentando ajudar seus financiadores de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

campanha. E essa Casa tem que ser embrião na luta contra determinadas coisas e fazer encaminhamentos a todos os nossos deputados e cobrar efetividade deles e dizer que, estamos atentos nas decisões deles em Brasília. Estou assistindo a TV Câmara e TV Senado; temos que cobrar deles pra que não continue caindo nos desastres econômicos que, está sendo transferidos pras classes mais pobres. Era essa minha colocação. Parabéns, pela apresentação do documento! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Quando o governo faz um imposto quem paga são os empresários e o povo e, segue dessa maneira. Quando olhamos pra uma situação como essa agora, o governo está tendo parceiros, diretamente ou indiretamente, não sabemos; e sempre sobra pra nós, quem é povo e quem é empresário pagar a conta. Se a moda pegar, além do que está vindo e começar a ter parceria, neste sentido daqui a uns dias vai aparecer alguma empresa que vai bolar uma espécie de roubo, pra que quem vai aprender a dirigir e vai implantar isso também, em outros setores. O que não precisamos é de mais situações pra vir pesar em cima do povo e dos empresários. Não aceitamos isso de jeito nenhum. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Talvez, o que vou falar não é unanimidade. Assinei a moção, mas sei muito bem dos senhores a responsabilidade que temos ao aprovar um projeto de lei. E ela trata de questão da vida das pessoas. A formação que os senhores dessas escolas do Brasil inteiro, trata-se de vida, mas estamos muito preocupados com custo. É importante, mas a grande importância que temos que ter, é com a vida das pessoas; porque entregar um veículo pra um jovem... quanta responsabilidade! Assim como eu, enquanto professor, ensino ética pra meus alunos, os senhores também têm essa obrigação e as escolas de formação de condutores de veículos, obviamente que vocês são especialistas. Talvez, o que eu venha a falar não tenha... por que me perguntaram se conheço um simulador? Não sei nem jogar videogame. Tenho poucos elementos pra dizer se, é bom ou ruim. Se foi pensado esse instrumento pra garantir a formação, acho que teríamos que, de repente, nos negar a usar essa tecnologia quem sabe conseguíssemos... A grande preocupação que temos, pode ser que tem 2 empresas que vão formar um cartel. Deveria ter a possibilidade de nós sermos aliados à tecnologia. Não tem como eu me negar a ser aliado da tecnologia, mas eu pego um veículo e conduzo e posso ser um perigo pra sociedade. Temos que ter boas escolas, acho que nisso Cascavel está bem. Quando aprendi a dirigir, a escola que tirei a habilitação foi alvo de condenação, porque estava distribuindo carteira de motorista aos amigos e a quem pagava uma taxa. E essa é a grande preocupação, não estamos brincando, temos que tratar muito sério essa questão, porque um veículo é uma arma na mão de uma pessoa. Ela pode ser pra nosso bem ou pode causar prejuízo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Sou totalmente contra, porque não é dessa forma que vai orientar os motoristas. Temos os instrutores de autoescolas, são eles que vão trabalhar pra que o motorista saia qualificado de uma autoescolas. E é por isso que estou com vocês, porque o simulador não resolve nada pra quem vai ser motorista, vai até atrapalhar. O instrutor que vai ter esse papel



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fundamental de qualificar o futuro motorista. Não vejo sentido neste simulador, tudo que pinta de novo é o povo que paga a conta e é mais uma conta pra o povo pagar, como a CPMF. Obrigado! - Vereador Professor Paulino: São duas coisas: uma é a dos gastos, e a outra questão: quando reclamamos de impostos, não sou contra impostos, mas tem que taxar as grandes fortunas; porque nós pequenos, somos taxados todos os dias; por isso apoiamos que aquele que pode mais, pague mais. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: É lamentável que esse projeto, que está na Câmara Federal foi colocado em pauta, retirado e voltou. Na condição de presidente da Comissão de Trânsito dessa Casa temos muita preocupação, e participamos de diversas entidades e Conselhos pra debater a questão do trânsito e os riscos. É que temos que ter a preocupação com a formação do bom condutor, mas, na minha opinião, não passa pela questão do simulador. Se fosse uma recomendação ou alternativa sem nenhum tipo de obrigatoriedade de horas, sem nenhum tipo de impor de cima pra baixo isso, acho que até por questão de livre concorrência; quem quisesse proporcionar essa tecnologia ao seu aluno, se assim a autoescola avaliasse como recomendação que poderia auxiliar o condutor, seria até razoável entender essa situação. Mas, quando ela veio já de uma discussão, retirou, mas aí essa pressão pra que se recoloque isso; sou totalmente contrário. Isto vem penalizar as autoescolas, porque o custo pelo que fiquei sabendo passa de 40.000 reais e isso penalizaria as autoescolas, fecharia muitas autoescolas e, poderia pesar no bolso de quem precisa fazer habilitação. Que tipo de simulador seria esse? Pra carro pequeno? Quem dirige grandes caminhões é o mesmo formato ou vai ter que comprar um simulador pra cada categoria? Não podemos abrir esse precedente, por isso quero parabenizar o presidente por essa moção. E acredito que se for pra vir como recomendação, tudo bem! Da forma que veio, acredito que não soma em nada pra população. – Presidente: Obrigado. Em votação a moção nº 14/2015, que expressa repúdio a resolução nº 543, de 15 de julho de 2015, baixada pelo Contran. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Moção nº 14/2015 aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Peço a nossa assistência que encaminhe essa moção, pra os 3 senadores do Estado do Paraná pra que tomem conhecimento do posicionamento desta Casa e também, o senador, embora não seja representante do Estado do Paraná, mas é cascavelense que é o senador Gurgacz. Temos os requerimentos. Requerimento nº 414 da Comissão de Cultura e Desporto que requer informações, na forma que especifica. Requerimento nº 415 de autoria do vereador João Paulo de Lima. Requerimento nº 416 de autoria do vereador João Paulo de Lima, nº 417 de autoria do vereador Cláudio Gaitero, o requerimento nº 418 de autoria do vereador Paulo Porto, o requerimento nº 419 de autoria do vereador Pedro Martendal, o requerimento nº 420 de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, o requerimento nº 422 de autoria do vereador João Paulo de Lima. O requerimento nº 424 de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O requerimento nº 425 de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O requerimento nº 426 de autoria do vereador João Paulo de Lima e Celso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Dal Molin. Esses são os requerimentos, pergunto aos senhores líderes se há consenso na deliberação dos demais. (-Consenso). Havendo consenso, coloco em discussão os requerimentos nº 414, nº 415, nº 416, nº 417, nº 418, nº 419, nº 420, nº 422, nº 424, nº 425, nº 426; em discussão os requerimentos. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Todos os requerimentos lidos nesta sessão aprovados, pela totalidade dos senhores vereadores.

– Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem. Foi lida nesta sessão a resposta do requerimento nº 388, que solicitava informações do contrato do PDI, mas infelizmente, não sei se por intenção ou sem, mas chegou a meu gabinete agora há pouco, um CD virgem em branco, não sei se é intencional ou não; mas o CD veio em branco. Pra ficar registrado nesta Casa, já que foi lido. Quero que fique registrado, que o CD está em branco. – Presidente: Peço que a nossa assistência, encaminhe um ofício ao Executivo cobrando a resposta. Finda está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. Temos a inscrição dos vereadores: Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Rui Capelão, Cláudio Gaitero, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Paulo Porto, Gugu Bueno, Luiz Frare e Romulo Quintino. Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. - Vereador Cláudio Gaitero: O que me traz a esta tribuna são 2 assuntos: primeiro, hoje pela manhã estivemos, juntamente com o vereador Walmir Severgnini, Luiz Frare, onde foi assinado na PR 163 um termo de cooperação federativa entre as cidades de Cascavel e Santa Tereza do Oeste, para utilização daquele material do trecho desativado da PR 163 e, esse material será dividido entre as duas prefeituras. Ficamos felizes com o resultado dessa reunião e desse acordo firmado, onde estava presente o Dr. Tiago, que é superintendente do DNIT e veio trazer essa notícia e, que seria uma resposta de um requerimento feito pelo município de Cascavel pra utilizar essas pedras desse trecho abandonado da PR 163. Ficamos felizes, porque justiça foi feita. No início do nosso mandato fomos conduzidos à presidência de uma CPI, chamada CPI das Pedras, onde tivemos um trabalho de 90 dias. Fomos muitas vezes tachados de que estávamos tentando encobrir algo, o que não era verdade. Tivemos um diálogo e uma determinação muito forte do vereador Paulo Porto, que foi o relator. E também, do vereador Bebber, que também participou da CPI e tivemos um trabalho de 90 dias, muito difícil e onde muitas injustiças foram cometidas. Falaram que teriam tirado as pedras na calada da noite, sabemos que não aconteceu isso. O que existia era um compromisso urgente, da reforma da Taxiway e do aeroporto municipal, que em primeiro de fevereiro desembarcaria em Cascavel a presidente da República, Dilma. Todos os funcionários, Ivan, Valdeci, Agnaldo e demais funcionários vieram aqui, fazer os seus depoimentos. E sabemos que deram o sangue pra fazer esse trabalho, onde bons frutos renderam pra o município de Cascavel. Não houve roubo, não houve trabalho na calada da noite. Pedimos na época à engenheira da Casa, onde ela fez um excelente relatório; levantando a quantidade de material existente na PR 163 e a colocação na Taxiway e, fizemos a comprovação que nenhum metro daquelas pedras foi desviado. Foi comprovado, através de relatório



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

desta Casa, que não teve nenhum metro de material desviado pra outro destino. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Gostaria de parabenizar Vossa Excelência, o senhor que tem conduzido um trabalho de liderança nesta Casa; mas gostaria de dar um puxão de orelha, neste sentido o senhor tinha que levar o vereador Paulo Porto, Bocasanta, Professor Paulino e a sua liderança da Câmara junto; é um puxão de orelha pra que na próxima retirada das pedras, se o senhor puder... – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado. Passei em todos os gabinetes, os vereadores que estavam, inclusive Vossa Excelência, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, todos os vereadores foram convidados. E, inclusive, Vossa Excelência e Celso Dal Molin disseram que tinha compromisso no SIM Paraná. O segundo assunto, o vereador Jorge Bocasanta votou favorável ao Projeto nº 90 e falou que, o governo municipal está criando taxa. Não está criando taxa, está fazendo simplesmente uma correção na redação, onde existia “renovações anuais” e o município está alterando pra “taxa de verificação de regular funcionamento”. Foi simplesmente, o Projeto nº 90 pra fazer uma reforma na redação e o município de Cascavel não está criando taxa; nenhuma igual a da sua presidente e, que está criando a CPMF. Inclusive, neste momento, convoco todos os vereadores e estaremos pegando assinatura de todos, nessa semana. Pra semana que vem estaremos protocolando nesta Casa de Leis, que a maioria dos vereadores de Cascavel tem representantes na Câmara Federal, que vão contra a criação da CPMF. O senhor Levy falou que não vem um centavo pra os municípios. Não vai ajudar os municípios, então vai criar imposto pra pagar o juro da dívida. Aquela dívida que na segunda eleição do presidente Lula, votei nele; porque falou que tinha acabado com a dívida no Brasil e enganou o povo brasileiro, inclusive eu. Enganou 99% da população, dizendo que tinha pago a dívida do Brasil e não pagou; tanto que estão criando a CPF, pra pagar os juros da dívida. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Queria lamentar a falta de sensibilidade do DNIT, do DER, quem vai pra São Paulo e faz alguns contornos em alguns viadutos deve ter observado a largura das alças desses contornos. Deve existir uma legislação, procurei não achei, não sou engenheiro, sou médico; mas a gente já teve vários capotamentos de caminhões que não conseguem fazer o retorno, tanto no retorno da saída pra Toledo quanto no entroncamento. Lamentar mais ainda o que o Ivan e o pessoal fez em cima da decisão do DNIT, de desativar o único quilômetro que não tinha buraco, que era a saída oficial que tinha quando você chegava na baixada, a ligação e chegava no alto; onde é perfeitamente viável se economizar um retorninho e usar toda aquela mão na subida, que era pista dupla e que tinha excelente qualidade no asfalto. Optaram por inutilizar o melhor quilômetro de estrada que a gente tinha, em nome do resto daquela porcaria dos 90 quilômetros. – Vereador Cláudio Gaitero: Então fica registrado que justiça foi feita, só o tempo foi à razão. Tivemos todo aquele processo, as pessoas foram absolvidas e o material que está lá, vai ser retirado pra ser aproveitado. E essa moção que será protocolada nesta Casa, a maioria dos vereadores com certeza. deverá assinar; em função de que somos contra a criação do CPMF. – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima : O que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

me traz a tribuna é sobre o requerimento, que fiz a Cettrans; porque temos aqui alguns dados, por exemplo: o Jornal Hoje no dia 15/09/2015, violência no trânsito de Cascavel. Em 2015, acidentes com vítima 1.934 e mortes, 49. Fiz esse requerimento, solicitando informações sobre os radares fixos e móveis da cidade. Porque quero saber se está sendo feito... vejo que a Cettrans arrecada bastante. A Cettrans é o maior órgão de arrecadação de Cascavel e os senhores têm certeza disso, porque estamos aqui com as planilhas que bem se estende ao portal de transparência, mas quem sabe até em transparência, porque falo isso... (Pode colocar na tela). Quero apresentar pra os senhores, esse é um balanço da Cettrans, o que foi gastado com o pessoal, enfim, mas não justifica a quantidade de gastos aplicada no trânsito. A multa tem que ser revertida em projetos de trânsito, melhorias. Como debatemos há alguns dias, falando que os hospitais estão lotados com os acidentados. A gente também está acompanhando pelo portal da Cettrans, pra não dizer que: "ah! está no portal da Cettrans, o que o senhor quer perguntar: "vamos encaminhar ao Inmetro, solicitando todos os laudos de aferições dos radares; porque sabemos que existem os furões, que identificam o condutor quando ele avança o sinal vermelho, que está sendo inspecionado pelo Instituto de Pesquisas e Tecnologias de São Paulo. E temos que saber quanto esse instituto está levando de Cascavel, pra fazer essas inspeções; porque como não é regulamentado esse sistema, tem um relê onde quando o condutor avança um pouco, ele tira foto do carro. Queremos saber quanto a Cettrans está gastando com esse instituto. Não vejo melhorias é só arrecadação. Eu vendo na Band, semana passada, onde falava das multas de São Paulo; estou vendo que Cascavel também, está sendo uma fábrica de multas. Retorno, nós não temos. Falo isso, porque olha a arrecadação que a Cettrans está tendo e a gente não vê mais nenhum binário, sendo aberto. O vereador Jorge Menegatti reclamou que chegou um CD, sem informações do BID, mas a outra informação que estou passando aqui também é: quem aguenta esse caos da Avenida Brasil? Sabemos que virá qualidade de vida, mas tem que ter controle. O dia que falamos dos agentes da Cettrans que deviam estar lá, a Cettrans colocou, mas agora sumiu. Só no dia que fala aqui, tem que estar lá? Peço encarecidamente que essa Cettrans possa prestar contas, principalmente desses montantes; não porque não tem que arrecadar, mas de outra forma beneficiar o município. Vi esses dias na imprensa, que Cascavel iria investir um milhão de reais em sinalizações, mas se vocês virem aqui do lado, é a chamada tinta guache, porque lavou apagou. Estudando a Lei Orgânica Municipal, se pegarmos o artigo 61: os secretários enviarão à Câmara municipal anualmente até o mês de março, o plano de trabalho de suas respectivas Secretarias, bem como, relatório das atividades executadas no ano anterior. Mas isso não acontece, temos que ficar convocando. Os secretários tinham que vir de livre e espontânea vontade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Informá-lo que esses radares fixos serão substituídos, em breve. Vai resolver esse problema dos furões e multas aplicadas, indevidamente. A Cettrans não é fábrica de multas. Quem faz a multa é o condutor. Vimos agora mesmo com o pessoal das autoescolas, onde eles têm total capacidade de dar um bom ensinamento pra os novos motoristas, porém



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a maioria não respeita a sinalização de trânsito. - Vereador João Paulo de Lima: É uma fábrica de multas, se não fosse não colocavam. Por que não coloca agentes pra cuidar do trânsito da avenida Brasil? O senhor há de me desculpar, mas eu digo e reafirmo que enquanto não tiver orientação, temos que orientar as pessoas. E já está me cheirando mal a troca desses radares, porque já se paga um aluguel tão alto. O que está acontecendo? Não estão se entendendo com essas empresas de tecnologia? Mas, vamos mais fundo, não ficará só em discurso e requerimento; iremos analisar e quem sabe o Ministério Público terá mais algumas documentações. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Só um comentário em cima do que o vereador João Paulo de Lima fez. É importante, precisamos cobrar sim, o órgão executivo precisa dar esclarecimentos a esta Casa de Leis e aos vereadores interessados nas informações, precisa melhorar o detalhamento das informações, isso é normal. Mas ao mesmo tempo saber que os problemas existem e, que a busca e o que acompanhamos a Cettrans, quando estamos representando essa Casa é cobrando também, essas situações. A Cettrans reconhece as dificuldades em não conseguir resolver todos os problemas que temos de demanda, mas os projetos e o planejamento estão sempre buscando melhorar. Prova disso é que este vereador ainda, enquanto cidadão, tinha feito um abaixo-assinado na minha comunidade e pedido um redutor de velocidade, em certa região lá; uma reivindicação da comunidade e foi indeferido. Passou-se um tempo, como vereador, colocamos e em alguns dias foi atendida a comunidade. Está lá colocado, um investimento na parte do trânsito pra dar melhor atendimento na questão da velocidade, um trânsito mais seguro. Coisas que no passado não foram feitas, não vamos resolver em um ano, dois. Além do mais, a Cettrans arcava, por ser uma empresa pública, há muitos anos desde sua fundação com muitos processos trabalhistas e ano passado, foi o primeiro ano em que o equilíbrio financeiro foi restabelecido. E a partir deste ano os investimentos novos terão sim, e devemos cobrar sinalização melhor, maior quantidade de placas, revitalização nas placas. Tanto é que acho que 60% das minhas indicações são destinadas a Cettrans, buscando e preocupando com o trânsito da cidade. E também, os dados estatísticos mostram que diminuí o número de mortos, por acidentes de trânsito como também, o número de acidentes graves; principalmente com aquele projeto do Luiz Frare, quando foi tirado o sinal intermitente laranja da madrugada e que muitos acidentes graves, ceifando muitas vidas na madrugada, em Cascavel tendo aquele procedimento, achando, na tentativa de melhorar o trânsito, mas que não foi uma boa tentativa e hoje, esses números apresentam. Se morrer uma pessoa no trânsito não podemos estar conformados, precisamos estar inconformados. Precisamos estar inconformados e buscar sempre melhorar o trânsito. Precisamos cobrar da presidência da Cettrans e toda equipe diretiva que, ações sejam estabelecidas sempre buscando a melhora, que até o momento, acompanhamos lá. Entendemos que está tendo essa preocupação. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Dia 18 a 25 de setembro vamos iniciar a semana do trânsito, mas não adianta só fazer campanha educativa, só no dia do trânsito. Temos que fazer e gostaria de convocar Vossa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Excelência pra convocar o Paulo Gorski aqui, e debatermos isso. Solicitei um abrigo de ônibus no ano passado e até hoje, não colocaram. O ponto tem; mas agora estão licitando um caminhão muck, porque se não tiver o caminhão não dá pra colocar o ponto. Outra coisa: não estou vendo o secretário na Cettrans, não sei se está na obra do Bid ou viajando, precisamos saber onde se encontra. Obrigado. - Vereador Nei H. Haveroth: Dentro da nossa Lei Orgânica, temos total direito e acho que é importante essa Casa nós estarmos convocando o secretário, dentro do que a Lei Orgânica atribui a prestação de contas, por exemplo, do plano de trabalho; não é do orçamento nem das ações previstas, mas vir fazer um debate. Pra que nós também, possamos contribuir dando ideias e buscando saber quais ações, pra resolver esses problemas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Aprovamos hoje, um requerimento da Comissão de Educação; onde está solicitando a vinda do Valdecir Nath aqui, pra dar informações. Quem sabe na sequência, venham os outros secretários, mas é muito bem lembrado por Vossa Excelência. Quem sabe na sequência, venham os outros. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Nei H. Haveroth: Pois não. – Vereador Fernando Winter: O Valdecir Nath virá dar explicações na Comissão e, não no Plenário; mas fica aberto pra quem quiser participar, na terça-feira, 9 da manhã, aqui no plenarinho. – Vereador Nei H. Haveroth: Seria isso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Na questão da Avenida Brasil, das obras do Bid; líder do governo, recomende ao chefe da Cettrans que tem que haver, uma divulgação maior da proibição de estacionamento neste período das obras e o espaço das placas que proíbe o estacionamento no local, que fosse encurtado. É muito longe uma placa da outra. Isso evitaria que a pessoa que vem de outra cidade e está desinformada acabe estacionando o carro e leve uma multa. - Vereador Nei H. Haveroth: Encerro minha fala. – Presidente: Na sequência vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Vou começar pelo fim do discurso do João Paulo de Lima. No final do mês passado, este vereador foi fazer a reciclagem no Detran; porque a minha carteira foi suspensa por causa dos 21 pontos. Não estou culpando a indústria da multa e sim, a mim mesmo; porque em viagem ao Rio Grande do Sul passei a 69/hora, onde era 50, enfim e não foi aqui que perdi a carteira. Indústria da multa não existe, existe a indústria da infração. Apenas e tão somente 5% dos 200.000 veículos emplacados em Cascavel é que cometem infração, os outros 190.000 andam direito. Não é uma indústria da multa e sim, da infração. E acima de 90% dos acidentes que ocorrem na cidade, envolvem motociclistas. Se tem radar, lombada eletrônica, lombada normal, assim mesmo as pessoas abusam da velocidade e das infrações de trânsito. Como diz um amigo meu, o guarda pegou ele, depois do sinal vermelho: - você não viu o sinal vermelho? - Vi, o que não vi foi o senhor, atrás do poste. O segundo ponto, que quero abordar é um convite da secretária de finanças, que no próximo dia 22/09, às 9:30 da manhã, estará no auditório da Prefeitura Municipal discutindo a LDO e a LOA. Fica o convite aos senhores vereadores. Por fim, vou ler; talvez em 2 minutos: Patrões generosos. Em 2002, quando Lula venceu a eleição presidencial a folha de pagamento do Governo Federal era de 75 bilhões/ano. Ao fim do segundo mandato, já tinha atingido 183



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

bilhões. Em 8 anos, a inflação não foi 194%; 10% ao ano corrigido ela simplesmente dobrou 120%. Com Dilma o aumento acelerado continuou e os custos saltaram pra 240 bilhões, “apenas” 40% ao ano. Fernando Henrique Cardoso contratou 19.000 servidores em 8 anos, enquanto Lula aumentou o quadro em 205.000, em igual período. Dilma contratou 115.000; só no primeiro ano de mandato. Além disso, o custo médio por servidor saltou de R\$ 40.400,00 por ano pra R\$ 110.400,00, por ano em 2014; um aumento de 125% em cima do salário corrigido. Agora, o povo brasileiro está convidado a fazer sacrifício e pagar essa conta. Quando você for fazer algum benefício... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: No Estado e Prefeitura de Cascavel, você não tem esses dados? – Vereador Luiz Frare: A Prefeitura de Cascavel em 2001 tinha 6.000 funcionários e, hoje tem pouco mais de 7.000. Em 2001, a folha de pagamento era entorno de 10 milhões e, hoje está 22 milhões pra 23 milhões. O Estado é comandado pelo Beto Richa e aí vem um pacote de bondade, onde somos convidados a pagar uma conta que não fizemos e, com impostos que não pedimos. Ao invés de diminuir a despesa de custeio e benefício que foram dados ao longo dos anos, benefício que deve ser dado, sim, a pessoa tem que ter casa pra morar, tem que ter a cesta básica pra se alimentar; o que não concordo é você dar, como vi na última semana um casal com 2 filhos, o assistente social foi visitar essa casa e encontrou uma moto, um casal morando numa casa boa e teve uma condição financeira que não mais convinha ter o Bolsa Família, porque o Governo Federal cortou no último ano 800 Bolsas Família e este casal perdeu. Sabe o que o pai de família falou? “Agora, vou ter que começar a trabalhar”. Não podemos dar sem data de validade um benefício “*ad eternum*”, devemos dar condição pra ele se profissionalizar, qualquer tipo de curso que tem, pra entrar no mercado de trabalho. O que não devemos é dar sempre de graça, sem dar nada em troca, porque daqui a pouco a pessoa simplesmente vem ao mundo, se joga numa rede e não trabalha mais; o Governo dá tudo. O Professor Paulino quer um aparte, pode pedir. - Vereador Professor Paulino: Tenho muita admiração pelo senhor, desde quando o senhor foi do PDT; porque muita coisa seu partido ajudou a gente, até aumentar o salário do trabalhador, porque ele merece. Só queria fazer uma correção, comparar o governo do FHC, anos 90 e tal aos governos de atualmente; tem que pensar que naquela época não tinha Estado, hoje tem; tem médico, professores, universidades. O governo investiu, claro que tem custo e temos que pagar. Minha mãe se aposentou e não tinha contribuído pra o INSS, nós temos que pagar. É a diferença de um País que tem Estado e do que não tem. É como eu falava antes, os ricos pagarem impostos não tem problema; não podemos carregar mais os trabalhadores. – Vereador Luiz Frare: Também, sobre o governo do Estado, não concordo com o aumento exagerado que ele deu pra os professores, no passado. Agora, está pagando essa conta. Não pode mais dar o aumento que eles queriam, porque deu demais no passado. Era isso. Obrigado. – Presidente: Vereador Celso Dal Molin passou a vez pra o vereador Jorge Bocasanta do PT. – Vereador Jorge Bocasanta: Como a maldade pode andar junto com a pessoa. Luiz Frare, não use de maldade contra o PT. A sua filha foi estudar... posso falar? –



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Luiz Frare: No Rio de Janeiro, em Pelotas a outra filha e a outra em Curitiba.

– Vereador Jorge Bocasanta: Eu também, fui estudar longe de casa. Hoje temos aqui, temos no Floresta uma escola técnica. Esse negócio do Bolsa Família, não vamos culpar o Lula, Dilma; tem que colocar na cadeia. Isso é falta do Judiciário, tem que colocar na cadeia, porque muitas vezes esses prefeitos pra ganhar voto que deveria não ser, através de uma prefeitura e sim, de outra entidade pra não fazer esse tipo de picaretagem. O Governo do Paraná tenho vontade, o próximo carro que eu comprar quero emplacar ou em Campo Grande ou em Santa Catarina. 40% do Paraná. A luz, me deu vontade de fazer aquelas placas, paguei 620 reais de luz; a água, quero fazer um poço artesiano. Não teve onde subiu mais do que pra nós e não vem dizer que teve seca; porque ano passado abriram as usinas que até alagou os ribeirinhos. A luz, não dá nem pra acender a lâmpada à noite. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Você sabe dizer se a Copel aumenta, por conta própria? – Vereador Jorge Bocasanta: A Aneel libera até x e o governo faz sua parte e sempre foram pra tabela maior. Se tinha condição de dar 40% de aumento pra São Paulo aqui não, aqui 10 está bom, mas foi todo o aumento. O Cláudio Gaiteiro não está aqui. Temos que chamar nosso secretário e fazer uma moção pra ele, pra ele fazer aquilo direito, pra pegar as pedras que é de Santa Tereza. Dizer: agora você fez uma coisa direito, tem que pedir pra o dono, não invadir. Temos que chamar ele aqui e dar os parabéns e talvez já posso perguntar pra ele: por que o Gaeco entrou na casa dele? Estamos num país maravilhoso, bom, sempre tive uma tristeza porque não conhecia o outro lado do mundo, mas fui ver depois de uma viagem e vi que somos um país rico, temos comida. E a Bolsa Família é uns troquinhos, que graças a Deus não preciso usar; mas aquele vagabundo que você citou: tem que devolver o dobro e ir pra cadeia. O prefeito Edgar Bueno não sabe disso, ele sabe se for lá e pegar uma cesta básica? Não sabe. A Dilma, muito menos. Gostaria que na próxima semana, o Luiz Frare traga a despesa do Governo do Paraná. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Podemos tirar aquele boton dali, vereador? – Vereador Jorge Bocasanta: Se tiver alguém que é honesto neste país, é essa mulher. Não venha dizer que o seu Sciarra é o supra sumo que não é. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Não temos do que nos envergonhar, em termos de corrupção. Jorge Bocasanta, gostei de ver sua foto com o adesivo no peito. Hoje, no Brasil até o momento a presidente que mais contribuiu pra que a corrupção seja lavada é a Dilma. Vejo a Lava Jato: 27 condenados, nenhum do PT. 65 sendo julgados, apenas 2 do PT. 43 investigados, apenas 6 do PT, lamento. Dos 135 envolvidos, 127 são de outros partidos. Não temos do quê nos envergonhar. – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: O que me traz a essa tribuna é um assunto chamado maconha. O STF está votando a liberação da maconha, no nosso país. Acreditava que jamais isso ia passar pelo STF, que eles iam aprovar a liberação da maconha. Me surpreendi que dos 3 votos, 1 voto, quando o senhor Luiz Roberto e Gilmar Mendes votaram a favor ainda passou; mas quando vimos um companheiro da nossa região, o senhor Luiz Edson Fachin e vimos que votou a favor da liberação da maconha, ficamos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

preocupados. Porque nos alegramos ter um representante, mas ficamos tristes quando vimos o voto desse senhor, nesta liberação. Nós que trabalhamos em prol da saúde, corremos atrás dos que estão viciados que estão com problemas de saúde por uso de cigarro, vemos pessoas que sofrem acidentes por uso de álcool. Nós que vemos pessoas enfrentando hospitais; porque o cigarro está contaminando seu corpo. Agora também, temos que ver pessoas sendo tratadas, porque usam maconha e porque foi liberado pelo STF. Na luta que temos em prol da saúde e daqueles que estão viciados, daqui uns tempos vamos ter mais um problema. Pessoas que estão usando excessivamente a maconha e que, vão ter problema. Não adianta dizer que não causa problema, porque causa, e isso já é provado por laudos, que os cientistas apresentam que faz um mal muito grande a saúde. Somos contra essa liberação e quero apresentar nesta Casa uma moção de apoio àqueles que são contra essa liberação, aqueles que não concordam. Ainda bem que foi pedido vistas do processo, temos uma chance, mas queremos que esta Casa se manifeste, através dessa moção, vou providenciar. Quero citar um versículo da Palavra de Deus, o apóstolo Paulo nos diz: Por amor de Cristo regozijo-me nas fraquezas, insultos, necessidades, nas angústias, pois quando sou fraco é que sou forte. Agora é o momento dos que defendem a saúde da humanidade, das nossas famílias ser forte pra defender e lutar contra a liberação da maconha nosso país. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Desde já, me coloco pra assinar a moção. A maconha é a porta de entrada, depois vêm outras drogas. Depois que entra pra recuperar a pessoa é muito difícil. Não é só a pessoa, porque ela tem um núcleo familiar, que acaba se desfazendo quando tem uma pessoa com o vício, dessa droga. Parabéns! por trazer o assunto. É só presenciar as cenas da Cracolândia em São Paulo, ali a gente vê a degradação que chega o ser humano. Conte comigo. Obrigado! – Vereador Celso Dal Molin: Mês passado 27 acidentes, devido pessoas alcoolizadas. Encontramos pessoas internadas por consequências do cigarro e agora, vamos ter que enfrentar e lutar também, por pessoas que usam maconha. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Vossa Excelência traz um tema muito importante e precisamos lamentar, porque o Poder Judiciário está legislando, devido a omissão do Congresso Nacional. E o Congresso Nacional poderia tomar como base o posicionamento desta Casa não como um todo, mas pelo menos a disposição desta Casa em se posicionar, de maneira clara sobre diversos assuntos. A democracia é isso. Entendemos que o Congresso Nacional é o espelho da sociedade brasileira. Temos que saber quem é a favor do aborto, quem é contra, quem é a favor da legalização das drogas, quem é contra. Esse debate deveria ocorrer de maneira concreta no Congresso Nacional, pra que a gente saiba. “Temos 60% dos deputados contrários à legalização das drogas”, então, que as drogas continuem ilegais no Brasil. Devido à falta de coragem do Congresso de debater temas importantes e centrais pra sociedade brasileira, o Poder Judiciário acaba legislando em cima dessa omissão. Acho esse debate importante, mas ele deveria estar ocorrendo no âmbito do Congresso Nacional, pra gente saber o posicionamento de cada um dos deputados federais. O dia em que, na sociedade a maioria entenda que as drogas deveriam ser



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

legalizadas, com toda certeza isso iria refletir no Congresso Nacional. Eu tenho a sensação de que a grande maioria da sociedade é contrária à legalização e isso deve refletir no Congresso Nacional, que deve ser o palco pra este debate. Acho um tema importante, acho que esta Casa deve se posicionar e uso este espaço pra lamentar que mais uma vez o Poder Judiciário estará legislando, devido à omissão do Congresso Nacional. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Celso Dal Molin: Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Dizer que, o vereador Paulo Porto estará entrando em contato com a Jandira. – Vereador Celso Dal Molin: Muito triste e lamento o senhor Luiz Edson Fachin pelo voto, em favor da liberação da maconha. Obrigado. – Presidente: Vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Deixo pra próxima semana. – Presidente: Vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Venho falar do requerimento nº 418, a respeito da distribuição do material chamado Agrinho, nas escolas municipais, que é um material didático do sistema Faep, em parceria com o Senar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural aliado a empresas de agrotóxicos, que tem como objetivo promover o uso de agrotóxicos junto às comunidades camponesas. Tem como único objetivo ganhar mentes e corações pra lógica do agronegócio e difusão dos agrotóxicos. É um programa que ensina as crianças do campo a entender que o uso de agrotóxicos é uma coisa natural e inevitável, pra produção de alimentos. Aparentemente, as crianças estão participando de um programa de educação ambiental, quando na verdade são educadas pra consumir e aplicar agrotóxicos. Vem embutido em um programa que aborda outros temas importantes, como: sexualidade, adolescência, saúde e meio ambiente. Em função disso, o Ministério Público do Paraná em abril de 2014 notificou o Senar, com parecer contrário a esse programa nas escolas públicas do Estado. E fez uma recomendação ao Conselho Estadual de Educação pra que delibere medidas imediatas com aprovação de resoluções que impeçam participação de escolas, professores e alunos no programa Agrinho, justificando que a educação deve manter um compromisso permanente com a qualidade de vida e meio ambiente. Vou ler o final da recomendação do Ministério Público, que recomenda: *recomenda ao Conselho Estadual de Educação a adoção de medidas imediatas que impeçam a participação de alunos das redes públicas e privadas de ensino, no programa Agrinho, desenvolvido pela Faep em parceria com entidades de ensino. Quando e sempre que patrocinado pelas indústrias químicas de agrotóxicos, tendo em vista propaganda direta que o patrocínio incute nos alunos; porque a educação deve manter compromisso com o meio ambiente e qualidade de vida no Planeta. Recomenda-se que o conteúdo pedagógico desenvolvido nas escolas adote, de modo permanente, temas relativos a riscos do uso e consumo de agrotóxicos e deverá ser expedida a resolução, no sentido de exigir que a alimentação fornecida à rede municipal de ensino, seja orgânica e agroecológica.* Digo isso, porque é necessário desmascarmos esse programa que vem sendo distribuído nas escolas municipais e estaduais. Gostaria de parabenizar a coordenadora do Núcleo de Educação Regional, Inez Dalla Vecchia que acatou a recomendação do Ministério Público e, este ano não distribuiu o Agrinho nas escolas do Estado. Fica a expectativa que o município siga o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mesmo caminho. Queria fazer um reconhecimento público ao secretário de Planejamento, Alessandro Lopes, que acatou as demandas desses vereadores; críticas ao retirar dos leilões dos terrenos, praticamente todos os lotes que havia ocupação humana. Gostaria de publicamente reconhecer a sensibilidade do Executivo, na pessoa do Alessandro Lopes, que andamos cotejando os terrenos que tínhamos. E era sabido que havia ocupação humana, todos foram retirados. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Também sabendo com Vossa Excelência dessa notícia, que também me manifestei na última sessão a respeito disso, temos que parabenizar o secretário que ouviu as vozes que se manifestaram e reavaliou o procedimento administrativo e isso mostra que, o Executivo está propenso a resolver as questões de acordo com a preocupação social. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: É isso. Não é sempre que elogio o Executivo, há de reconhecer quando ele se sensibiliza com as demandas sociais. E mais uma vez, parabéns a Inez Della Vecchia que não permitiu a distribuição do Agrinho, na rede estadual. E o nosso requerimento vai no sentido de, perguntar se na rede municipal ocorreu a mesma coisa. Obrigado. – Presidente: Mais um inscrito Romulo Quintino, mas abriu mão. Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e trinta e dois minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário